

RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: Apontamentos das condições de trabalho no corte de cana no noroeste do Paraná

**Givaldo Alves da Silva¹
Rita de Cássia Pizoli^{**}**

Resumo

O trabalho no corte de cana é historicamente conhecido como uma das formas mais penosas de trabalho. Apesar das mudanças ocorridas nas técnicas de cultura da cana e mesmo da introdução de máquinas que realizam o corte, tem-se percebido que no que se refere às condições de trabalho dos canavieiros, pouco tem mudado, além do aumento dos níveis de intensificação do trabalho. A região Noroeste do Paraná é a que concentra o maior número de usinas do Estado do Paraná que, por sua vez, é um dos maiores produtores de derivados da cana-de-açúcar do Brasil. O texto que segue procura mostrar, ainda que introdutoriamente, como tem se dado as relações de trabalho no setor sucroalcooleiro em geral e busca verificar as especificidades dessas relações no Noroeste paranaense. Para tanto, numa primeira etapa de um projeto que procura ouvir empresas, sindicatos e trabalhadores, são apresentados alguns dados tabulados a partir de pesquisa de campo em que participaram sete das dez usinas da região. Os resultados iniciais levam a crer que, de modo geral, as condições são muito próximas daquelas experimentadas no vizinho Estado de São Paulo.

Introdução

O contexto de reestruturação produtiva, configurado a partir dos anos 70, em função da grande crise de superprodução experimentada pelo Capital, em decorrência do esgotamento do keynesiano/fordismo, tem atingido sobremaneira todos os setores econômicos em escala global.

No bojo do processo de reestruturação observam-se grandes transformações na administração e na concepção política dos Estados, na forma de perceber e administrar as empresas e como consequência, importantes reflexos no mundo do trabalho.

Ocorrem transformações que vão desde mudanças no gerenciamento do trabalho até nas formas de organização da classe trabalhadora.

Dentre os setores que foram e estão sendo atingidos por tal reestruturação, está o sucroalcooleiro, o segundo maior setor agroindustrial do Brasil.

¹ Professor assistente da FAFIPA – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, mestre em Ciências Sociais pela UNESP de Marília, graduado em Ciências Sociais pela UEL – Universidade Estadual de Londrina e membro do GENTT – Grupo de Estudos sobre Novas Tecnologias e trabalho, do departamento de Ciências Sociais da UEL.

^{**} Professora Assistente do Departamento de Educação da FAFIPA - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, mestre e doutoranda em Educação pela UEM – Universidade Estadual de Maringá

O texto procura mostrar a importância política que a indústria sucroalcooleira tem ganhado atualmente em função da valorização do biocombustíveis, apesar do peso social e ambiental que o setor carrega consigo.

Procura-se principalmente apontar elementos importantes da relação capital x trabalho em vigor neste setor, sobretudo os impactos das modernizações organizacionais e tecnológicas que têm cooperado com a intensificação do já penoso trabalho no corte da cana.

A pesquisa ainda em fase de execução aponta alguns dados relativos às condições de emprego e trabalho dos canavieiros sob o ponto de vista das usinas, posteriormente serão investigados os canavieiros e seus sindicatos com a intenção de se mapear as relações de trabalho no Noroeste sucroalcooleiro paranaense.

Agroindústria sucroalcooleira e estratégia de desenvolvimento brasileiro

O petróleo que a partir do início do século XX tornou-se a principal matriz energética de nossa civilização trouxe consigo importantes soluções econômicas e pode-se mesmo dizer que possibilitou uma revolução na forma de vida do homem moderno.

Entretanto, alguns fatores importantes — decorrentes do uso crescente deste combustível — tem colocado em cheque a reprodução do modelo de vida moderno, baseado no consumo do petróleo.

Está entre esses problemas a questão ambiental. Estudos baseados na teoria do efeito estufa enquanto consequência da emissão de gases causadores do aumento de temperatura colocam a queima de combustíveis fósseis como o maior vilão do aquecimento global.

Além da questão ambiental, outro grande obstáculo à civilização do petróleo, — e certamente o mais relevante do ponto de vista econômico — é o fato de grande parte dos geólogos acreditarem que o pico da produção de petróleo mundial deve acontecer dentro de dez ou vinte anos. Estudos mostram ainda que a maior parte do petróleo a ser explorado está fora dos territórios dominados ou pertencentes aos países que mais consomem os combustíveis fósseis. São exemplos de regiões que ainda não atingiram o pico da produção os países do Oriente médio e da África, cujas reservas ainda estão longe de alcançar a curva de Hubbert (SACHS, 2005).

Diante de tais problemas que, de acordo com a avaliação de alguns estudiosos, ameaçam em médio prazo a reprodução da civilização humana, tem sido feitas grandes apostas na chamada “energia verde” proveniente dos biocombustíveis que, ao contrário dos combustíveis fósseis, são fontes de energia renováveis.

Neste sentido, o Brasil que na década de setenta instituiu o programa Pró-álcool para fazer frente aos picos da crise de petróleo que ocorreram com grande intensidade nos anos setenta e três e setenta e nove, desde então vem acumulando tecnologia para a produção e para o uso dos biocombustíveis, notadamente o etanol.

A experiência e a capacidade produtiva brasileira têm levado o governo brasileiro a ser um grande defensor da substituição dos combustíveis fósseis pelos biocombustíveis. Em função disso o presidente Lula e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro têm sido grandes divulgadores do etanol junto à comunidade internacional.

Em decorrência de tais perspectivas, e mesmo do aumento da competitividade do etanol frente à instabilidade dos preços do petróleo no mercado internacional, governo e iniciativa privada têm combinado forças no sentido de intensificar a produção de etanol, buscando atender ao mercado nacional e ampliar a oferta desse combustível para outros países.

Exemplo emblemático da convergência de interesses entre governo e setor sucroalcooleiro é dado por Silva (2005, p.3), quando relata que uma comitiva composta por membros do alto escalão do Governo Federal e do Estado de São Paulo sobrevoou no dia 12 de setembro de 2004, a região de Ribeirão Preto/SP com a finalidade de mostrar ao primeiro ministro do Japão “o mar de cana”, e na sequência o “rio de álcool” produzido em uma das grandes usinas daquela região.

De acordo com Silva (2005, p. 4), o crescimento do setor sucroalcooleiro é parte da política brasileira de exportação de produtos agrícolas com a finalidade de obter saldos positivos na balança comercial e assim poder contribuir com a política econômica de pagamento de juros da dívida externa e aumento das taxas de superávit primário.

A região noroeste de Paraná, de solo e clima bastante propícios para a cultura da cana-de-açúcar tem sido alvo de grandes investimentos neste sentido. Conforme dados divulgados pelo Jornal Paraná Açúcar e Álcool, dos seis novos projetos de instalação de usinas e destilarias do Estado, cinco desses estão na região noroeste (JORNAL PARANÁ AÇUCAR E ÁLCOOL, 2008).

Diferente de outros setores que chegaram a experimentar melhores níveis de renda no período keynesiano/fordista, o trabalho no corte da cana-de-açúcar é historicamente conhecido como uma das formas mais precárias de trabalho. No Brasil, desde o império, com o uso da força-de-trabalho escrava a cana-de-açúcar tem sido uma substancial fonte de riquezas ao capital e conseqüentemente razão para expropriação do trabalho.

Pesquisas acerca da reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro têm apontado para uma intensificação do trabalho em todos os níveis da cadeia produtiva (ALVES, 1991; NOVAES, 1993; CORTÉZ, 1993). Neste mesmo sentido, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, a professora Maria Aparecida de Moraes Silva mostra que a intensificação do trabalho no corte de cana, por exemplo, tem levado o trabalhador a ter uma vida útil inferior à do período da escravidão (ZAFALON, 2007).

Atualmente a produção de cana-de-açúcar está em terceiro lugar no volume de terras cultivadas no Brasil, perdendo apenas para a soja e para o milho. Entretanto, se considerados os valores brutos da produção, a cana toma o segundo lugar, deixando o milho em terceiro. Logo, o setor sucroalcooleiro é bastante significativo na composição da economia nacional.

O mesmo setor que atravessa os séculos mantendo sempre um nível de importância econômica relevante é também o setor onde as relações de trabalho se mantêm entre os níveis mais precários (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Cortéz (1993) lembra que durante o período áureo do keynesianismo/fordismo, momento em que a classe trabalhadora em geral conquistou diversos benefícios, os cortadores de cana por sua vez mantiveram-se na precariedade. Entretanto, se naquele período de conquistas, os benefícios alcançados pelos cortadores foram pífios, por outro lado, a ascensão do neoliberalismo e a conseqüente intensificação e precarização das condições de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva têm atingido intensamente esses trabalhadores.

No Estado de São Paulo, como conseqüência da recente reestruturação, Silva (2005, p. 25) aponta que:

As condições de trabalho são marcadas pela altíssima intensidade de produção. Na década de 1980, a produtividade média exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, esse volume passou para 8 a 9; em 2000, para 10, e em 2004, para 12 a 15 toneladas! Para todo esse trabalho, o piso salarial é de R\$ 410,00, sendo que o ganho é medido pela produtividade [...]. Acompanho há 30 anos a situação do trabalho nessa região, por meio de muitas pesquisas. E constato que, sobretudo a partir da década de 1990 – quando se consolidou a tecnificação dessa agricultura –, ocorreram vários processos simultâneos: aumento da precarização das relações de trabalho, aumento abusivo da exploração da força de trabalho, que em alguns casos chega a condições análogas às de escravidão, ocorrência de mortes súbitas, supostamente em função da fadiga, e de mortes lentas, simbolizadas por uma verdadeira legião de mutilados.

Mas antes de nos aprofundarmos na questão do desenvolvimento das relações de trabalho, dimensionemos melhor o setor sucroalcooleiro na atualidade.

Expansão da indústria sucroalcooleira e intensificação do trabalho

Atualmente, a expansão sucroalcooleira está vinculada à substituição dos subsídios diretos e o controle do Estado por políticas de crédito por meio de financiamentos junto ao BNDES. Note-se que tais financiamentos são feitos com taxas muito mais competitivas que as praticadas pelo mercado. Na tabela 1 reproduzimos números do próprio banco, onde se demonstra os valores despendidos ao setor nos últimos anos.

Tabela 1

BNDES – Desembolsos por Subsetor Sucroalcooleiro* (Em R\$ Milhões)

SUBSETOR	2004	2005	2006	2007	2008
Cana-de-Açúcar	193,96	224,26	366,74	571,51	436,94
Açúcar	273,17	479,70	897,85	1.263,78	966,03
Etanol	60,36	137,84	446,65	1.629,54	1.027,60
Co-Geração	77,44	256,49	264,55	127,62	249,69
Total	604,93	1.098,29	1.975,80	3.592,44	2.680,25

* *Inclui todas as linhas do Banco (operações diretas e indiretas, automáticas e não-automáticas).*

Fonte: BNDES, citado por Milanez, Barros e Faveret Filho (2008)

Somando os valores despendidos em cinco anos para o setor temos uma aproximação da cifra 10 bilhões de reais. Isso, sem contar dos benefícios concedidos pelos Estados.

Analisando as renúncias e incentivos fiscais que o governo de Goiás ofereceu à atividade sucroalcooleira e às demais ligadas à produção de biocombustíveis, o economista Walter Marim, em entrevista ao Jornal Opção de Goiás, chega à conclusão de que cada emprego gerado pela produção de “energia verde” chega a custar àquele Estado nada menos que 800 mil reais. Há que se lembrar que aqui não estão computados os valores despendidos pelo BNDES. Os números levam aquele economista a sentenciar que “dar incentivo para usina de álcool é estupidez”. Na mesma matéria, o também economista Luiz Alberto de Oliveira, afirma que “a sociedade paga para que empresas sejam beneficiadas”, (BAHIA, 2010).

No que tange aos recursos despendidos pelo BNDES, Alves (2008) lembra que a maior proporção do capital que compõe o dinheiro daquela instituição é proveniente do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Trocando em miúdos, o Estado, seja na instância federal ou estadual, tem usado dinheiro do trabalhador – seja do FAT, seja de impostos estaduais – para manter uma atividade de que acordo com os dados apresentados até aqui são negativos do ponto de vista de sua contribuição à sociedade.

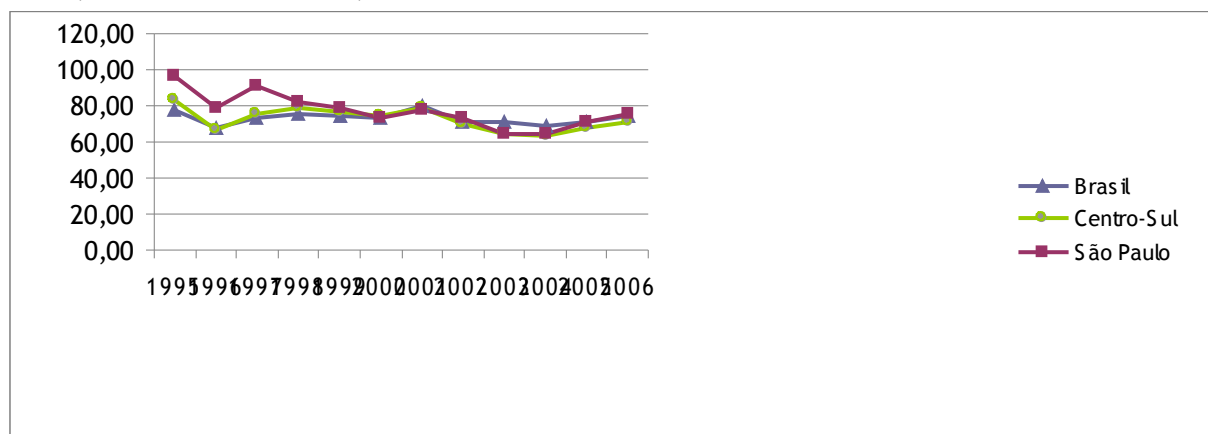
Outro fator importante em relação à atual fase de expansão sucroalcooleira é a concentração de terras destinadas à produção da cana, combinada com a expulsão dos trabalhadores do campo em função do processo de mecanização. Acerca dessa questão Bacarin, Alves e Gomes (2010) mostram que:

A recente expansão sucroalcooleira tendeu a se concentrar nos estados do Centro-Sul, particularmente São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a área plantada com cana-de-açúcar passando, nessa região, de 3,73 milhões de hectares, em 2000, para 5,02 milhões de hectares, em 2006, crescimento de 34,6% 'IBGE, 2008'. Para isso foram sendo ocupadas áreas destinadas, anteriormente, a outras atividades agropecuárias ou com pastagens. Também tem se observada [Sic] intensificação da mecanização da lavoura canavieira, com destaque para o crescimento da área colhida com máquinas, que passou de 16%, em 1997, para 34%, em 2006, no Centro-Sul.

É preciso reconhecer que hoje, onde as usinas são instaladas, apesar do alto custo para o Estado, há a abertura de postos de trabalho, ainda que precários, em que se arregimenta não só a força de trabalho local, como também de migrantes. No entanto com a tendência de que a mecanização chegue até o limite permitido pelas condições de solo, essa situação deve se inverter. Assim, salva a possibilidade de se estabelecerem controles artificiais por parte dos Estados, será inexorável a tendência de que as terras hoje utilizadas no plantio da cana em breve dispensem a quase totalidade de força de trabalho, como já acontece com outras culturas, a exemplo da soja. Não é difícil chegar a essa conclusão se considerarmos que uma máquina substitui em média 100 canavieiros (RAMOS, 2007).

Ao observar o gráfico 1 é possível perceber o quanto o aumento da quantidade de vagas na agroindústria canavieira está vinculada ao aumento da área plantada. Nele é possível perceber que do início da década de 2000 até 2008, o número de trabalhadores por hectare teve uma redução. O mesmo gráfico evidencia também as teses da intensificação do trabalho no setor.

Gráfico 1 – Número de trabalhadores por mil hectares de cana-de-açúcar plantada, São Paulo, Centro-Sul e Brasil, 1995 a 2006



Fonte: citado por BACARIN, ALVES, GOMES, 2008.

Não bastasse a redução da força de trabalho em função da mecanização, tem-se observado ainda outro fenômeno bastante conhecido nas grandes indústrias urbanas, a saber, a crescente intensificação do trabalho decorrentes dos processos de racionalização e reestruturação produtiva. Tal racionalização tem como consequência natural a redução de contingente necessário à produção. Ou seja, também contribui para o desemprego na região das usinas.

Se do ponto de vista das usinas a racionalização do trabalho traz vantagem competitiva, ao reduzir a dependência do capital em relação à força de trabalho por outro lado - não paradoxalmente - tem gerado custo ao Estado que subsidia a atividade sucroalcooleira. É o que mostram alguns estudos (ALVES, 2007; SILVA, 2005,) que apontam que a intensificação do trabalho no corte de cana tem causado doenças ocupacionais, invalidez e não raro, a morte de canavieiros, prejuízos que do ponto de vista econômico são custeados pelo Estado e pela família desses trabalhadores.

Se por um lado há intensificação e precarização do trabalho entre os canavieiros, por outro, alguns elementos positivos estão em andamento. A exigência de selos de responsabilidade ambiental e responsabilidade social por parte dos países que tem legislações sociais e ambientais mais restritivas parecem influenciar no aumento da formalização do trabalho e na aceleração do abandono das queimadas dos canaviais (BACARIN, ALVES, GOMES, 2008).

Ainda de acordo com esses autores, “embora seja uma conquista que traz maior segurança, o uso de tais vestimentas e equipamentos, contraditoriamente, eleva o desconforto dos trabalhadores”.

As vestimentas que evitam os danos em casos de acidente de trabalho aumentam a temperatura e provocam a sudorese excessiva o que leva à desidratação e a perda de sais minerais. A perda da água e dos sais minerais tem provocado câimbras por quase todo o corpo dos canavieiros.

Numa clara referência à relação entre a intensificação do trabalho e os danos à saúde dos canavieiros Delgado e Sant’Ana (apud BACARIN, ALVES, GOMES, 2008) mostram que têm aumentado significativamente o número de Auxílio Doença concedidos as esses trabalhadores. De acordo com eles, em 2000 as concessões do benefício foram de 2.300 contra 6.257 no ano de 2005. Há que se observar o número de trabalhadores formais por diversas razões tem aumentando, entretanto, a variação percentual de 172% de concessão de

benefícios por doença entre os dois anos não pode ser explicada unicamente pelo aumento nos níveis de formalização.

O que se pode observar é que o setor sucroalcooleiro ao ampliar sua participação na economia e expandir sua presença no solo brasileiro por meio da ampliação das áreas de plantação de cana tem criado uma situação preocupante em médio prazo. A concentração da atividade sucroalcooleira em determinadas regiões tem levado a uma verdadeira monopolização da atividade econômica de alguns municípios pela cadeia produtiva gerada por esse setor. Tal monopolização nos leva a inferir que em pouco tempo municípios que fizeram a opção pela monocultura da cana terão sérios problemas sociais. Haja vista que a tendência de que esses municípios que dependem do trabalho no corte da cana para a realização de suas economias, em breve terão uma grande massa de trabalhadores desempregados e, portanto, não consumidores.

Indústria sucroalcooleira e trabalho no Noroeste Paranaense.

O Noroeste do Paraná, assim como algumas regiões de São Paulo, está se tornando um verdadeiro “mar de cana”.

De acordo com o planejamento do Estado para o desenvolvimento da região, o início da colonização desse território esteve baseada em pequenas e médias propriedades a partir do loteamento das terras pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que ocorreu entre a década de 1940 e 1960 (CANCIAN, 1981).

O desenvolvimento econômico da região teve como base o plantio do café que passou a ter demanda crescente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Entretanto em função das históricas geadas que se formaram durante a década de 1970 inviabilizando a cultura cafeeira e principalmente durante a década de 1980, há um processo de “industrialização” da agropecuária local que acompanha a tendência nacional. Acerca dessa nova fase do desenvolvimento agropecuário e suas conseqüências, Carvalho (2009, p. 4) mostra que

As condições que são postas ao campo [...] transformam a relação de produção, e efetiva a formação dos complexos agroindustriais em que o produtor realiza compras industriais – adubos fertilizantes, tratores, etc. – para produzir mercadorias agrícolas para a indústria, [tendo] como característica fundamental a modernização dos maquinários.

É também a partir dos anos 80 que a indústria sucroalcooleira vai se firmar na região, passando a expandir-se definitivamente a partir da década de 1990, momento em que há a desregulamentação do setor.

Carvalho (2009) mostra que as usinas se instalaram nos municípios mais pobres e onde havia os maiores números de contingente de exércitos de reserva de força de trabalho. O ex-agricultor que perdeu a terra na ocasião da “industrialização” do campo e os trabalhadores rurais deserdados pela quase extinção das culturas de café transformam-se a partir de então na principal fonte de força-de-trabalho de baixo custo à disposição das usinas.

Não obstante a quase totalidade da produção sociológica classificar como péssimas as condições de trabalho dos canavieiros, o senso comum na região Noroeste do Paraná quase sempre aponta como positiva a presença marcante das usinas na região e acreditando que, apesar de penoso e degradante, o trabalho no corte da cana é um trabalho bem remunerado.

Em função disso é que foi iniciada uma pesquisa de campo com a intenção de descobrir quais são as reais condições de trabalho dos canavieiros das microrregiões de Paranavaí e Cianorte, partes mesorregião Noroeste do Paraná.

Até o seu final terão sido ouvidas as empresas, os sindicatos e os trabalhadores. Nesta primeira fase, em que foram entrevistadas as empresas catalogaram-se nove usinas, e três novos projetos em fase de execução. A cada uma delas foi entregue um questionário que dentre outras questões dariam uma noção das condições de trabalho dos canavieiros. Os dados ainda não foram todos tabulados, entretanto, alguns itens já podem ser tratados.

Das nove usinas pesquisadas, sete se propuseram a responder aos questionários. Quanto aos três projetos, só foram fornecidos os dados de um deles.

De modo geral as respostas das empresas se deram como esperado, todas elas declaram que contratam diretamente os canavieiros, portanto, não se valem dos “gatos” (empreiteiros) tão comuns na década de 90. As denúncias de trabalho escravo no setor sucroalcooleiro quase sempre estão relacionadas à intermediação de terceiros na contratação dos canavieiros. Os acordos impedindo a contratação terceirizada são fundamentais para evitar tal situação.

As empresas declaram que estão atendendo aos acordos coletivos firmados com os respectivos sindicatos e em função disso todos os contratos de trabalho, mesmo dos empregados sazonais são firmados por tempo indeterminado.

Assim, quando é demitido o trabalhador, por ocasião do término da safra, tem direito a todas as verbas rescisórias e mais uma multa de quarenta por cento sobre o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Com relação à sazonalidade de contratos em função das safras, a partir da declaração das empresas, apurou-se que estas usam, na média, trinta e cinco por cento de força de trabalho temporária. A que tem menor quantidade de trabalhadores contratos para a safra de

2009-2010 declarou estar com dez por cento de trabalhadores nessa condição. A que tem o maior número, declara que 75% de seus canavieiros estão nesta situação.

Algo que se pode perceber desde o início da pesquisa é que há certa diferença entre a atividade das empresas propriamente ditas e das cooperativas. Das sete usinas analisadas, cinco pertencem a empresas convencionais e 2 delas pertencem a cooperativas.

As cooperativas, por exemplo, declaram que não oferecem premiações pela produtividade, em compensação, uma delas (a outra não informou valores) informou que paga um maior valor pela produtividade. Enquanto as empresas pagam entre R\$ 2,75 e R\$ 2,90 a tonelada, a cooperativa remunera a tonelada com R\$ 3,50.

A ausência do prêmio por produtividade permite uma menor competição entre os canavieiros e, mais importante, não provoca intensificação nos mesmos níveis de quando há premiação. Quando há um valor menor pago pela produção e a existência de um “prêmio” produtividade que só é pago quando se alcança determinados níveis de produtividade, é preciso trabalhar mais para receber o mesmo que aqueles que ganham simplesmente pela produção.

A premiação ascendente que varia entre cinco e trinta e cinco por cento, de acordo com os níveis de produtividade, fazem com que o trabalhador vá até o limite de sua capacidade a fim de receber uma remuneração maior. Do ponto de vista da empresa isso é extremamente vantajoso uma vez que os trabalhadores menos produtivos recebem um valor menor por sua produção e aqueles que trabalham além da média acabam livrando as usinas da necessidade de contratar um maior número de trabalhadores em cada safra. Ou seja, quanto maior a produtividade individual, menor o número de trabalhadores necessários. Do ponto de vista das empresas, a produtividade individual potencializada é bastante lucrativa, haja vista, que a maioria delas precisa buscar trabalhadores migrantes em outras regiões do país.

Mas um grande “nó da cana” (THOMAZ JÚNIOR, 2002) é a remuneração. Ainda que um dos questionários submetidos às usinas solicitasse esclarecimento explícito acerca da maneira como remunerada a produção, este foi o ponto em que as respostas foram mais genéricas e sintéticas. Três das sete usinas omitiu informações acerca de premiações, três outras informaram a existência de premiações, entretanto, somente uma informou os percentuais pagos a título de prêmio produtividade. Ainda assim, não informou quanto o trabalhador deve produzir para receber cada um dos percentuais que variam entre cinco e trinta e cinco por cento. Uma cooperativa declarou que doa cestas básicas a título de premiação por assiduidade.

A remuneração é um grande problema na relação entre os canavieiros e as usinas. De acordo com Bacarin, Alves e Gomes (2008):

O pagamento por produção no corte de cana-de-açúcar, além de levar o trabalhador, muitas vezes, à exaustão, na procura de maior remuneração, apresenta outro inconveniente que é a incerteza quanto ao valor unitário a receber pelo trabalho executado no dia. Outros ramos econômicos, agrícolas, industriais e de serviços, também fazem pagamento por produção, sendo estipulado, previamente, o pagamento unitário por peça ou unidade de serviço executada. No corte da cana o trabalhador tem controle direto sobre a quantidade de metros de cana cortada no dia, mas não sabe, antecipadamente, o valor unitário que irá receber por metro de cana cortada.

Além de todos esses elementos, a prática da remuneração por produção viola o “artigo 7º., do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que dispõe o direito a condições justas e favoráveis de trabalho, bem como de uma remuneração igual para um trabalho de igual valor” (SILVA, MARTINS, 2006, p. 112).

Com relação ao trabalho migrante, um elemento comum observado na atividade canavieira do Centro-Sul do Brasil, percebeu-se que a expansão da área plantada tem levado a um aumento na importação de canavieiros de outras regiões do Brasil nos últimos anos. Buscando entender de onde vêm os migrantes, descobriu-se que são oriundos dos estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Alagoas e Ceará.

Quatro usinas utilizam trabalho migrante. Juntas, trouxeram para a safra de 2009-2010, mil cento e dezessete canavieiros provenientes dos estados mencionados. Para se ter uma noção da dimensão e da importância do trabalho migrante para o setor sucroalcooleiro da região Centro-Sul, dados da União da Agroindústria Canavieira (Unica), informam que na safra de 2006, mais de setenta mil trabalhadores vieram para o corte da cana em São Paulo (NOVAES, ALVES, 2007, p. 168).

Acerca da busca de força de trabalho migrante no Nordeste do país, a Folha de São Paulo (2007), ao publicar entrevista com a professora Maria Moraes Silva mostra que os migrantes nordestinos, em boa medida são vítimas da própria expansão do setor sucroalcooleiro no Sul do País. De acordo com a matéria:

Os migrantes antes vinham dos estados de Minas Gerais e hoje estão vindo do Nordeste em função da expansão da produção da soja em seus locais e origem e também em função da própria expansão das áreas de plantio da cana de açúcar no centro sul do Estado que, de acordo com Silva, tem levado para o nordeste grande parte da pecuária que antes estabelecia nesta região. Tanto a soja, quanto a pecuária tem eliminado as fontes de renda da população nordestina e incentivado a migração temporária para o corte de cana nos Estados de Paraná e São Paulo.

Não se pode perder de vista que com a mecanização a tendência que se coloca para esses migrantes é a substituição drástica de sua força-de-trabalho vivo pelas máquinas colhedoras.

Das empresas pesquisadas somente quatro já utilizam a máquina, uma delas informou que tem planos de mecanizar parte do corte a partir da próxima safra (2010-2011). As empresas afirmam que ainda não estão no limite da potencialidade do uso da máquina. Nesta safra uma das empresas faz 30% do corte mecânico, outra corta 40% dessa forma e outras duas mecanizaram 60% do corte. Entretanto, em entrevista informal um dos entrevistados garantiu que a máquina é capaz de cortar 80% da cana plantada naquela safra.

Chama a atenção o fato de que quando vier a ocorrer a substituição até limite da força de trabalho vivo, o migrante nordestino que perdeu sua fonte de renda no nordeste em função da expansão do setor sucroalcooleiro na região Centro-Sul do país, mais uma vez precisará encontrar alternativas de sobrevivência, ressalvada a possibilidade da expansão da área plantada chegar ao nível da necessidade da força de trabalho de todos esses canavieiros.

A investigação de campo continua e outras questões foram feitas e já respondidas, entretanto, estão em fase de tabulação.

Considerações finais

O que se pode perceber até aqui é que, diferente do prevalece no senso comum predominante na região estudada, o desenvolvimento do sucroalcooleiro no Noroeste do Paraná tem ocorrido em consonância com a regularidade do que é praticado na indústria sucroalcooleira da região Centro-Sul do país, onde se produz a quase totalidade dos produtos provenientes da cana-de-açúcar.

Apesar do desenvolvimento técnico e de algumas conquistas pontuais dos canavieiros, a relação entre capital e trabalho neste setor estão longe de representarem toda a positividade que se tem atribuído à presença da agroindústria sucroalcooleira no Brasil.

Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial já é possível questionar com propriedade a viabilidade das apostas governamentais no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro enquanto parte da estratégia de desenvolvimento nacional, mesmo que seja só do ponto de vista econômico.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo – será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In NOVAES, R. & ALVES, F. J. C. (Orgs.). **Migrantes- trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro), EDUFSCar, São Carlos, 2007. P 21 a 54.

ALVES, Francisco. Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. **INTERFACEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.2, Artigo 2, abr./ agosto. 2008. Disponível em :www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em 15/09/2009.

BACCARIN, José G.; ALVES, Francisco J.C.; GOMES, Luiz F. C. Emprego e Condições de Trabalho dos Canavieiros no Centro-Sul do Brasil, entre 1995 e 2007. In. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/569.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2010.

BAHIA, Andréia. Vilão ou Herói. **Jornal Opção** (On line).Goiânia, 10 mar. 2010. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques1&idjornal=273>. Acesso em: 13 abr. 2010.

CANCIAN, Nadir A. **Cafecultura paranaense: 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARVALHO, Josiane F. A agroindústria canavieira e as relações de trabalho no campo: apontamentos sobre o assalariamento rural na mesorregião Noroeste paranaense. In. I Seminário Nacional Sociologia e Política – Sociedade e Política em tempos de incerteza. **Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/agroindustria-canavieira-JosianeCarvalho.pdf>

GRAZIANO DA SILVA, José. **De bóias-frias a empregados rurais: canavieiros paulistas de Guariba e de Leme**. Alagoas, EDUFAL, 1997.

CORTÉZ, Khatya V. **Inovações tecnológicas e mudanças na organização do trabalho: o surgimento de um novo tipo de trabalhador na cultura canavieira na região de Ribeirão Preto**. Tese de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Expulso" por pecuária e soja no NE, trabalhador busca canaviais. São Paulo, 29 abr. 2007, Dinheiro.

JORNAL PARANÁ AÇUCAR E ÁLCOOL. Usinas e destilarias do Paraná. Disponível em: www.jornalparana.com.br/localizacao.php#>>, acesso em 25/11/2008.

MILANEZ, Artur Y.; BARROS, Nereida R.; FAVERET FILHO, Paulo S. C. O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-36, set. 2008.

NOVAES, José R. **Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do Nordeste**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1993.

NOVAES, José R.; ALVES, F. (orgs.). **Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro - os heróis do agronegócio brasileiro**. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, São Paulo, 37 (11): 69-75, 2007.

SACHS, Ignacy. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**, USP, nº 19 (55), São Paulo, 2005.

SILVA, Maria A. M. Trabalho e Trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”, **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 2-29, 2005.

SILVA, Maria A. M.; MARTINS, Rodrigo C. A modernidade da economia *Junker* à moda contemporânea do rural paulista: a degradação social do trabalho e da natureza. **Lutas e resistências**. Londrina, n.1, p.91-106, set. 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

ZAFALON, Mauro. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em São Paulo. Dinheiro, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2007.